

**III Encontro da ANPPAS**  
**23 a 26 de maio de 2006 - Brasília-DF**

**Redefinindo Territórios: disputa por significação e direito de uso do espaço social na construção de ruralidades contemporâneas**

**Helena Catão H. Ferreira - UFRRJ**

**Resumo:**

A reserva de áreas consideradas ambientalmente relevantes por meio da instituição de Unidades de Conservação da Natureza faz surgir um novo arranjo nas relações sociais locais. Ocorre, a partir de então, uma “requalificação do território” (Mormont,1996) dando lugar à gestão do meio ambiente. Por outro lado, a existência destas reservas de natureza vem ao encontro de uma demanda crescente das populações urbanas por maior contato com ambientes considerados naturais e vistos como puros e não poluídos, em contraposição ao ambiente das grandes cidades. O território, considerado como a apreensão do espaço por um determinado grupo social (Raffestin,1986), multiplica-se, dando origem a novos territórios e a novas ruralidades, que se conformam na medida em que novos grupos sociais entram em cena. Surgem assim novos sujeitos e sociabilidades, ressignificando referências sociais e espaciais e criando novas negociações de interesses e poderes. Este artigo, baseado em dissertação de mestrado defendida em 2004 no CPDA/UFRRJ, busca refletir sobre o processo de disputa de valores e direitos entre diferenciados territórios sociais engendrados a partir da instituição de duas Unidades de Conservação da Natureza e do turismo a elas associado, abrangendo o território da população da Vila do Aventureiro, na Ilha Grande-RJ.

## **Introdução:**

A Vila do Aventureiro está situada na parte sudoeste da Ilha Grande que, por sua vez, pertence ao município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro. É a maior ilha do estado, com 193 km<sup>2</sup>. Área de domínio da Mata Atlântica e ecossistemas marinhos associados, possui relevo bastante acidentado com diversos picos e numerosos cursos d'água que descem pelas montanhas, às custas dos quais as populações das várias localidades da ilha se abastecem. Possui 106 praias, muitos cabos e enseadas. O clima da região é ameno, suas temperaturas variam entre 26,7° C e 20,1° C. Segundo consta, originalmente a Ilha era coberta por densa floresta. No entanto, devido aos ciclos econômicos que por lá se desenvolveram através dos tempos, tais como o extrativismo de madeira, plantações de açúcar e café e até criação de gado, além de formas mais recentes de ocupação como o turismo, esta situação se alterou. O lado da Ilha voltado para o continente é o que apresenta maior impacto antrópico devido ao acesso facilitado pelo fato de suas águas serem abrigadas, tendo sido inclusive, mais antiga sua colonização. A parte oceânica e as partes mais altas, em razão da inacessibilidade, conservaram sempre maior integridade de sua cobertura vegetal.

Com o objetivo de conservar suas florestas e proteger seus ecossistemas, desde a década de 1970, a ilha tem sido alvo de decretos e leis criando diversos tipos de Unidades de Conservação da Natureza, alguns deles inclusive se sobrepondo. São elas: Parque Estadual da Ilha Grande, criado em 1971, Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, de 1981, Parque Estadual Marinho do Aventureiro, de 1990 e Área de Proteção Ambiental de Tamoios, de 1982. Há também a Reserva Biológica da Ilha Grande, abrangendo toda a área da Ilha. Foi criada por decreto em 1987, mas não é considerada sequer pelos órgãos ambientais na medida em que, além de se sobrepor às outras Unidades de Conservação, está em total desacordo com a legislação que determina não poder existir ocupação humana em reserva biológica.

As duas Unidades de Conservação que abrangem a Vila do Aventureiro são a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro. A Vila inclui uma pequena praia com cerca de 800 m e as encostas dos morros circundantes. Ali reside uma população que, segundo dados de janeiro de 2004, contava com cerca de 103 moradores e que está estabelecida no local há mais de um século e meio, vivendo originalmente da agricultura e da pesca. Especula-se, no entanto, que esta ocupação possa ser ainda mais antiga, datando cerca de 300 anos. (SEMADS-RJ, 2001; Wunder, Sven, 2000)

O Parque Estadual Marinho compreende a parte marítima de 5 milhas náuticas que margeiam a Reserva Biológica. Seu nome refere-se ao núcleo de pescadores lá existente. No parque incluem-se a zona de marés e a foz dos rios, bem como todo o espelho d'água daquela reentrância da ilha e os meios físicos e bióticos existentes da superfície até o fundo do mar, segundo o Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (SEMADS-RJ, 2001). Ainda segundo este Atlas, o Parque foi criado com o objetivo de preservar atributos excepcionais da natureza, compatibilizando-os com usos como educação ambiental, recreação, turismo ecológico e pesquisa científica.

A Reserva, que possui 3600 hectares, é formada por cinco ecossistemas naturais diferentes: mata de encosta, manguezal, restinga, lagunas e costão rochoso. Além de sua importância ecológica, devido à diversidade de ambientes naturais e a sua excepcional conservação, outro fator que determinou a preservação desta área foi a presença de importantes sítios arqueológicos. Pesquisas feitas por especialistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro encontraram quatro sítios que teriam sido ocupados por grupos pré-históricos, além de inúmeros “amoladores”, sulcos nas rochas causados pelo ato de polir e afiar instrumentos.

De acordo com a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Reserva Biológica tem como objetivo:

“a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais” (SNUC, 2000/art.10).

Numa Reserva Biológica, a visitação pública só é permitida legalmente quando motivada por objetivos científicos e educacionais, mesmo assim, mediante autorização do órgão administrador da unidade, estando sujeita às restrições impostas por ele e por seu regulamento.

Acompanhando a história da Ilha, a área onde hoje está a Reserva Biológica também passou por diversos ciclos econômicos. Durante os primeiros períodos da colonização, a Ilha foi local de extração de madeira, vindo depois a abrigar importantes fazendas de cana-de-açúcar e, mais tarde, de café. Consta que nos fins do século XIX e início do século XX houve intensa atividade agro-pastoril nas fazendas Capivari, Grande, Cachoeira Grande, do Leste e do Fidélis, ocupando o entorno das praias do Leste e do Sul. (SEMADS-RJ, 2001)

Diversos fatores contribuíram para o abandono da atividade agrícola na Ilha. A instalação de um presídio, primeiro na Vila do Abraão, e depois na Fazenda de Dois Rios, foi um deles. Os outros foram a topografia acidentada, pouco apropriada à expansão agrícola, e os altos custos de transporte da produção para o continente.

Em algumas localidades, entre elas o Aventureiro, persistiu durante longo período um pequeno cultivo, de organização familiar, principalmente de mandioca, e em menor proporção, banana, feijão e milho voltado para o autoconsumo e para uma reduzida comercialização. Isto devido, principalmente, à dificuldade de acesso e ao isolamento do local já que só há duas opções de chegada ou saída: por mar, bastante difícil, pois, dependendo da época do ano ou das condições climáticas, o mar fica muito revoltado e perigoso ou através de caminhada por uma trilha íngreme que liga à localidade de Provetá.

A criação da Reserva Biológica, em 1981, foi um fator importante para que a população do Aventureiro fosse deixando, paulatinamente, a agricultura, embora ainda hoje seja praticada de forma restrita. Os métodos tradicionais de plantio que utilizavam, exigiam um rodízio de terrenos incompatível com a estratégia preservacionista. Aliás, cabe ressaltar aqui, que qualquer atividade agrícola e a própria presença de moradores são proibidas em uma reserva biológica.

A população do Aventureiro tem sido identificada, principalmente por ambientalistas e agentes do Estado, como pertencendo ao grupo dos caiçaras, mestiços de indígenas, brancos e negros, em menor proporção, que possuem uma cultura associada à agricultura itinerante, denominada coivara (baseada nas queimadas e no uso rotativo de terrenos para plantação) e à pesca artesanal. Cristina Adams em “Caiçaras na Mata Atlântica” localiza a origem da palavra caiçara no tupi-guarani, como tendo o significado de homem do litoral. Teria, primeiramente, designado as estacas que rodeavam as aldeias e também o curral de galhos fincados na água para capturar os peixes. Usado mais tarde para denominar as palhoças feitas na praia para guardar canoas e, depois, para identificar os moradores de Cananéia, em São Paulo, teria passado a nomear todos os indivíduos das comunidades litorâneas. Tendo sido o litoral a primeira área brasileira de povoamento, existiriam elementos culturais comuns em toda a população costeira, decorrentes de influências semelhantes na sedimentação de suas bases culturais.

Depois que as práticas agrícolas dos moradores do Aventureiro não puderam continuar a se reproduzir da forma tradicional por causa da criação da Reserva, a pesca artesanal, um importante elemento de sua cultura, passou a ser, durante muito tempo, a principal atividade desta população .

Em meados do século XX, houve um grande surto de pesca industrial de sardinhas na Ilha Grande, tendo sido implantadas 25 fábricas para beneficiamento deste produto em algumas de suas praias. Nesta época, muitos pescadores do Aventureiro chegaram a ser funcionários assalariados das empresas que organizavam a pesca e o beneficiamento de sardinhas. Esta atividade entrou em declínio a partir da década de 1970, tendo sido fechada a última fábrica em 1992. Hoje, a pesca na região é considerada fraca, segundo pescadores da Ilha, por causa dos métodos de pesca da sardinha, muito predatórios, que terminaram por prejudicar a piscosidade local.

Os ambientes naturais, principalmente os mais conservados, têm feito parte do imaginário de uma parcela cada vez maior das populações urbanas, estimulando um tipo de turismo cujo interesse principal é a natureza.

Os moradores do Aventureiro, que viviam praticamente isolados em seu território com uma visitação turística muito restrita, embora, paradoxalmente, o turismo na Ilha como um todo já fosse bem significativo, viram desde o início dos anos 90, aumentar o fluxo de visitantes ao local. Este contingente teve um crescimento abrupto depois que foi implodida a Colônia Penal Candido Mendes, localizada na Praia de Dois Rios, em 1994, fato este que parece ter determinado um aumento do turismo em toda a Ilha. Desde então, têm se defrontado, principalmente nos feriados, com um grande número de pessoas no local. Estes turistas, em sua maioria, jovens, acampavam na areia das praias do Aventureiro, do Demo, do Sul e do Leste, em plena área da Reserva Biológica. A partir de 1999, com a intensificação da fiscalização por parte de órgãos públicos e entidades ambientalistas da região, principalmente nos períodos de alta estação, passaram a acampar somente nos terrenos das casas dos moradores, que por sua vez passaram a oferecer refeições e, eventualmente, hospedagem em suas casas, de forma modesta e improvisada.

O grande número de visitantes na área da Reserva tem preocupado a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, órgão responsável pelas duas Unidades de Conservação citadas, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e ambientalistas em geral. Algumas providências têm sido tomadas para limitar o número de visitantes em toda a Ilha durante os períodos mais críticos. Pode ser citada, por exemplo, a formação de força-tarefa, composta por representantes das forças policiais locais, de organizações não-governamentais ambientalistas, da prefeitura municipal, do governo estadual e dos moradores, com o objetivo de controlar a chegada de turistas em períodos de maior pico como por exemplo, no Carnaval.

## **Territórios em disputa:**

Neste texto, as mudanças que têm ocorrido no Aventureiro são tratadas sob a perspectiva da conformação de distintos territórios sociais nesta localidade. Cada um destes territórios estabelece redes de relações sociais que se comunicam, mas se distinguem por suas práticas, por seu ethos e pela maneira como percebem o espaço. Os atores sociais relacionados a estes territórios entram, então, em disputa por significação e direito de uso do espaço, e esta disputa determina uma redefinição de territórios.

Em primeiro lugar, é preciso definir o campo do se está chamando aqui de território. Como é possível perceber, no primeiro parágrafo, a noção de território diferencia-se da noção de espaço. Para Raffestin (1993, p.143) a base do território é o espaço, mas não se confunde com ele, na medida em que o território é o “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa), em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço”. Segundo este autor, o território é o resultado de um trabalho humano, enquanto o espaço é simplesmente uma combinação de forças e ações mecânicas, físicas, químicas e orgânicas. Portanto, “o território é uma reordenação do espaço”, e é marcado pelas relações de poder. “O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1986, p.172). Seria, assim, uma produção elaborada a partir do espaço, através de relações que envolvem um campo de poder. “Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites do conhecimento” (Raffestin, 1986 p.144).

O autor afirma que todo projeto tem como base um conhecimento e uma prática e por isso está perpassado por códigos, ou seja, por um sistema sêmico. É através desse sistema que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. “Os limites do espaço são o do sistema sêmico mobilizado para representá-lo” (Raffestin, 1993, p.144). Desta forma conformam-se modelos, representações, construções da realidade, que se revelam como instrumentos de poder. Os processos de identificação social, para Costa (2004), passariam por uma relação política, pois são acionados estrategicamente em momentos de conflito e negociação.

Nesta perspectiva, certos elementos do território são materiais e outros imateriais ou simbólicos. E todo território social, um produto do imaginário humano. O espaço geográfico tem que ser pensado, ou seja, tem que passar ao estado de representação para constituir um

território. O território social é, portanto, uma re-produção do real. Cada território possui seus próprios códigos, suas representações e também suas fronteiras (Barel, 1986).

Para a comunidade local, o território remete ao sentimento de pertencimento e à noção de lugar. Ao local das práticas cotidianas, da luta pela sobrevivência, do afeto, podendo ser ou não a terra natal. No Aventureiro, até a criação da Reserva Biológica, a população vivia exclusivamente da atividade agrícola e da pesca. Seu território dividia-se entre as roças, que subiam os morros, e o mar. Estes eram os principais espaços associados às suas práticas tradicionais. A partir de então e depois com a criação do Parque Estadual Marinho, foram trazidas para estes espaços novas visões sobre eles. Pode-se considerar que houve uma retração do território nativo. A comunidade reduziu sua área agrícola, não pôde mais coletar plantas na mata, teve que deixar de caçar, passou a não poder construir suas casas, ou seja, não pôde mais ampliar sua ocupação do espaço, tendo também que enfrentar novas regulações em relação ao mar.

As questões ambientais produzem “uma espécie de re-qualificação do território por suas funções ecológicas, e também uma re-qualificação do local como lugar de intervenção ou gestão do meio ambiente” (Mormont,1996). O autor sinaliza que o espaço qualificado ecologicamente se transforma em um lugar onde se instala um enfrentamento entre os usos locais, que podem estar ligados à tradição da cultura ou mesmo interesses econômicos e os interesses exógenos, universais ou globais. Esta superposição de qualificações e interesses engendra campos particulares de interdependência, e coloca-se, então, a questão da compatibilidade destes diferentes usos do espaço. Neste sentido, conforma-se um território que será aqui denominado de território da preservação, criado por forças governamentais e legitimado pela ciência e por uma associação destas forças com o ambientalismo não governamental, mesmo que estes, em diversos momentos, estejam também em campos que disputam entre si visões e poderes.

As unidades de conservação, sobretudo as de Proteção Integral, são criadas como apreensão de um espaço em que são imputados valor ambiental diferenciado e regulações também diferenciadas. Este valor é dado com base em uma avaliação de características que consideram sua importância ecológica. Este território carrega uma negação do território da população local ou da tradição, na medida em que o projeto de conservação adotado implica uma concepção excludente das suas práticas culturais e do uso que fazem daquele ambiente. O estabelecimento destas reservas representa, portanto, para estes habitantes uma forma de desterritorialização, mesmo que continuem a morar no local. Na medida em que um território

existe a partir da apreensão do espaço pelo capital cultural de um determinado grupo e as regulações ambientais inviabilizam esta reprodução cultural, ocorre um processo de desterritorialização, em um primeiro momento, que será seguido de uma reterritorialização em outras bases.

Para Diegues (1996), as populações que vivem em áreas onde são criadas unidades de conservação sentem esta situação como uma “usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados e o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial”. Elas têm uma representação simbólica desse espaço, que lhes fornece os meios de trabalho e de vida, e sua expulsão do local impossibilita sua reprodução como grupo portador de determinada cultura.

Estas áreas são, então, alvo de uma intensa disputa de representações e valorações diferentes do mesmo espaço, implicando uma pluralidade de significado. Para as populações que lá vivem há gerações, elas são um elemento primário de identificação e o lugar de reprodução da sua cultura. Para os ambientalistas, é um espaço a ser protegido, principalmente, do uso humano. Para o turismo, é um território de lazer e de prazer. Suas fronteiras são traçadas pelo interesse que cada um dos ambientes apresenta em termos de atratividade turística e pelos perigos que apresenta.

Referindo-se a outra localidade, no município de Paraty, Moreira e Gaviria (2002) explicam que a dinâmica social vivenciada por diferentes atores carrega diferentes projetos de organização do território e, também, diferenciadas condições e possibilidades das relações sociais, das identidades e das ruralidades locais. São forjadas, portanto, identidades distintas de acordo com a apreensão de cada território. O Aventureiro é, ao mesmo tempo, o lugar das roças, dos ecossistemas e o paraíso, como na concepção dos turistas.

É possível identificar uma “assimetria de poderes” (Gaviria e Moreira, 2002) entre os territórios lá construídos. Nesta perspectiva, define-se a existência de agentes ou grupos sociais relacionados a cada um dos territórios identificados, ocupando posições e relacionando-se através de uma distribuição de poder na qual alguns exercem dominação dentro do campo social do Aventureiro. O poder no interior dos campos é um poder simbólico que é expresso pela disputa de significado e sentido do mundo e particularmente do mundo social (Bourdieu, 2002). “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2002, pp.7-8). Neste sentido, o território da preservação que demarca a Reserva é hegemônico legitimado pelo poder do Estado e impõe

limites ao território estabelecido pelas relações sociais dos moradores nativos. De certa forma, o território do turismo também exerce uma dominação, não de direito, como as leis da Reserva, mas de fato, na medida em que ele, tanto quanto o ambientalismo, constitui um território globalizado, legitimado por valores de ampla circulação nas sociedades contemporâneas, transmitidos, inclusive, pelos meios de comunicação de massa.

A produção de um território implica a delimitação de fronteiras. Raffestin (1993) explica que “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite”, pois sendo este definido pela relação que um grupo mantém com o espaço e sendo a ação deste grupo regulada por objetivos, estes objetivos mesmos definem os limites e o campo de atuação. As fronteiras físicas e sociais destes territórios, no entanto, são móveis. Os processos sociais que as definem são dinâmicos, portanto, estas fronteiras se constroem e reconstróem continuamente. O território da preservação estabeleceu regras sobre o território da comunidade, superpondo suas fronteiras. O território do turismo elege porções do espaço que determinam também mudanças no território da comunidade. Com o turismo é gerada uma concentração da população na praia. Ela se torna o espaço mais importante. Enquanto para a lavoura as encostas eram e em parte ainda são as roças, e agora também a mata em regeneração, para o turismo o principal espaço é a praia. Outro espaço que passou a ser utilizado de forma mais intensa foi o mar, principal atrativo para os turistas e caminho de chegada e saída para todos.

O embate entre os diversos territórios produz, então, uma redefinição de cada um deles. Há um processo de inculcação ou incorporação de valores ao modo como Bourdieu fala da “história incorporada”, “da apropriação do adquirido histórico” (2002). Para os moradores, novos hábitos de consumo são assimilados, os valores se transformam, como por exemplo, a monetarização da vida e a substituição da solidariedade exercitada nos mutirões das roças pela competitividade do turismo. A percepção do território nativo a partir de elementos valorizados pelo ambientalismo e pelo turismo, como a fauna, a flora e a paisagem, é exemplo desta incorporação. O poder simbólico das representações dominantes é de alguma forma aceito e legitimado pelos grupos dominados, que as naturalizam, não percebendo a relação de forças a que estão sujeitos. Passam, no entanto, por um processo de re-elaboração a partir dos valores e representações da própria comunidade. É possível observar isto nas palavras de um morador:

“Eu nasci na roça, me criei na roça. Tenho vocação pra roça. Mesmo se eu ganhasse muito dinheiro, minha vida ia continuar a mesma. Talvez eu comprava um barco bom e uma serra elétrica que é uma coisa que eu queria ter. Fora disso, não mudava nada. Não saía daqui, nem mudava de

mulher. Quando o cara fica rico, logo troca de mulher. Eu não. A família tem que continuar junto, senão não dá certo. Quem sofre são os filhos” (ex-pescador, dono de roça).

Seu relato demonstra que ganhar muito dinheiro, como um valor fundamental da sociedade capitalista contemporânea, pode ser um sonho também de quem não quer mudar de vida. O que ele deseja comprar são coisas do seu mundo de pescador ou de pai de barqueiro, construtor da própria casa, que conserta seus móveis e suas coisas, no qual o valor mais importante é a família, são os laços de parentesco, definidores de seu território.

Outros elementos neste contato também são incorporados pela população, como por exemplo, as disputas internas do campo ambientalista. O ambientalismo presente no Aventureiro, através do Estado administrador das unidades de conservação ou de ONGs ambientalistas, não é unívoco. Pelo contrário, é um espaço de intensa disputa por legitimidade de visões sobre natureza e sociedade, e esta disputa e sua co-relação interna de forças influenciam de maneira decisiva no que ocorre no local, considerando que a comunidade também não é unívoca.

Na época da criação da Reserva, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente- FEEMA, órgão administrador das unidades de conservação em questão, pretendeu transferir os moradores do Aventureiro para fora de sua área. No entanto, terminou por vencer a opção de sua permanência no local devido a uma visão sócio-ambientalista da questão que se tornava hegemônica na política interna do órgão, naquele momento. Estas idéias refletiram-se posteriormente na própria população. O medo transformou-se, em parte, em crítica e resistência. A população apreendeu que tinha direitos e incorporou este discurso às suas próprias argumentações.

Um pescador de cinquenta anos, relatou que, em 1994, a FEEMA cadastrou toda a população considerando-os ocupantes, tendo declarado, na ocasião, que “nem os terrenos, nem as casas e nenhuma benfeitoria são da comunidade”. Segundo suas palavras:

“o que incomoda é não poder construir casa para os filhos. Eles querem que nossos filhos cresçam e vão embora, porque aí os mais velhos vão morrendo até não ficar mais ninguém aqui. Mas eles estão muito enganados...”. (pescador, dono de roça e camping)

Suas palavras demonstram uma reflexão sobre a estratégia do órgão ambiental para tira-los do Aventureiro e uma crítica a esta atitude, expressando disposição em resistir. A crítica e a resistência, aliadas à forma específica como lidam com os valores e representações exógenos, apontam para possibilidades de construção de um modelo diferente do proposto pelas territorializações hegemônicas. A forma própria de absorver o que vem de fora, como, por exemplo, valorizar a família como o maior bem, ser agora um microempresário do

turismo, mas continuar sendo pescador e agricultor, indica um fortalecimento dos valores e da coesão interna do grupo que os torna menos vulneráveis diante das pressões exógenas (Rambaud, 1969; Marié, 1986).

Os outros territórios referidos também se redefinem a partir destes contatos. O da preservação, expresso principalmente pelas fronteiras da Reserva Biológica, altera-se na convivência com o território da comunidade e com o do turismo. Os planos originais para a Reserva, que desconheciam de início aquele primeiro, no momento em que se defrontaram com a situação concreta tiveram que se modificar. A presença de moradores em área de reserva biológica e, sobretudo a atividade turística que praticam, totalmente inaceitáveis perante a legislação vigente, é de certa forma tolerada, apesar das restrições impostas. O Estado vê-se obrigado a lidar com esta situação e a flexibilizar sua ação.

O território do turismo, por sua vez, se define também de forma diferente da que ocorre regionalmente, porque se organiza sob as restrições da Reserva e sob o modo particular que esta população tem de lidar com a atividade. No Aventureiro, ao contrário do restante da Ilha, o turismo é incipiente, altamente sazonal e produzido quase que exclusivamente pela população nativa. O impacto visual restringe-se aos períodos do ano em que os visitantes chegam e as barracas de *camping* são armadas. Na maioria do ano este cenário se desfaz e o local reassume sua paisagem de tranqüilidade e a impressão de isolamento.

### **O território virtual do Aventureiro:**

Na análise dos territórios sociais e simbólicos presentes no Aventureiro, não é possível ignorar um tipo de território, que embora por suas características não dispute propriamente um espaço físico, não deixa de interagir com os outros territórios e agentes implicados. É o território virtual do Aventureiro na Internet, construído e reconstruído de maneira veloz e constante, que embora imaterial e provavelmente não percebido, conscientizado ou avaliado em extensão pela população local, tem certamente uma influência de peso nos fenômenos que lá ocorrem atualmente. Segundo Moreira (1999), para que seja possível a compreensão das sociedades contemporâneas é preciso que se considere a produção imaterial, “esteja este imaterial associado à produção do conhecimento científico e tecnológico ou à produção da imagem cultural, própria da indústria das comunicações e da indústria cultural” (Moreira, 1999, p.250).

A Ilha Grande figura em diversas páginas especializadas em turismo na Internet como um destino turístico de destaque no estado do Rio de Janeiro. A Vila do Aventureiro está

também presente nestes espaços virtuais e em outros especializados em meio ambiente. Nestes territórios virtuais, é expressa através de uma visão idealizada e urbana de um lugar que parece pertencer aos contos de fada, ignorando o local concreto, com seus problemas e contradições. Neles, o Aventureiro é apresentado como “inóspito” e “paradisiaco”, onde vive uma “comunidade caiçara, pura e tradicional”. Não difere, neste sentido, em grande medida, de determinadas visões ambientalistas que, deixando de perceber o passado inscrito na paisagem, toma as matas em recomposição por natureza intocada e o território de uma população por um lugar inóspito. É ressaltado o aspecto de isolamento, não considerando, paradoxalmente, que o próprio fato de estar na Internet cria uma ponte invisível de alta circulação, onde o isolamento transforma-se em mera ficção. Em uma dessas páginas, a linguagem é poética e a comunidade é tida como em “perfeita integração com a natureza”, tendo “preservado sua cultura devido ao isolamento”, sendo “um dos últimos lugares da região onde existem remanescentes caiçaras”. O Aventureiro é visto, portanto, como um cenário, onde existe “tudo o que é necessário para uma vida farta e alegre: terras boas para o cultivo, água potável de nascentes inesgotáveis, paisagem belíssima e um mar repleto de peixes” (ilhagrande.com, 20/12/03), quando a maioria das terras é agora interdita ao cultivo, as nascentes, segundo os moradores tiveram uma grande diminuição no volume de água e os peixes são, atualmente, escassos devido aos métodos de pesca com tecnologia “de ponta”, altamente predatórios, utilizados por grandes empresas na região. Em outra página, o Aventureiro “resiste há décadas sem alterar suas características. Aqui o tempo parou...” (ilhagrande.com.br, 20/12/03). Contraditoriamente há, na mesma página, uma denúncia sobre os feriados de Ano Novo e Carnaval, quando “o paraíso se transforma em inferno” e verifica-se uma “superpopulação de turistas que o local não comporta, e drogas, sexo, brigas, desrespeito à humilde comunidade”.

Para Castells (1999), desde o fim do milênio, a revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação vem mudando de forma radical a base material da sociedade. As novas tecnologias da informação têm contribuído para uma integração do mundo através de redes globais de instrumentalidade. A comunicação, feita principalmente através dos computadores, está dando origem a um grande número de comunidades virtuais. Para o autor, a sociedade ancorada na difusão das novas tecnologias de informação e comunicação é também a grande propulsora do atual desenvolvimento da globalização capitalista.

O território virtual apresenta-se de forma bastante maleável devido a sua não corporeidade e ao seu distanciamento do espaço real, sendo possível mais que em outros planos criar simulacros. Polistchuck & Trinta (2003) argumentam que perdido num labirinto

de imagens, o homem deste novo tempo habita um mundo construído por efeitos de representação, em que a realidade oferece fortes aparências. A imagem passa a valer por si mesma, a cópia é preferível ao original e o simulacro ao real. Os simulacros seriam intensificadores do real, e proporião uma hiper-realidade espetacular, mais vívida e sedutora do que própria realidade.

Ao mesmo tempo em que as redes sociais criadas pela Internet facilitam e propiciam a criação de territórios virtuais desconectados do real, é inegável seu poder de conexão positiva para a troca de informações e na facilitação dos contatos e dos debates à distância. Apesar do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação favorecer a compressão espaço-tempo característica dos tempos pós-modernos, e de ter permitido o incontrolado fluxo de capitais pelo planeta, agilizou também a articulação de uma variedade enorme de movimentos sociais e organizações da sociedade civil (Martinho, 2003). Boaventura Santos (2002, p.67), fala da “globalização da resistência aos globalismos localizados e aos localismos globalizados” e cria o conceito de cosmopolitismo. O cosmopolitismo resultaria em um processo que se alimenta das possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo as que decorrem da revolução nas tecnologias de informação e de comunicação e consiste em transformar trocas desiguais em trocas de atividade partilhada em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência e a desintegração.

Esta discussão aponta para a possibilidade de que a Internet, ao mesmo tempo em que pode servir para reproduzir imagens fantasiosas e estimular uma apreensão superficial e massificadora do lugar, pode contribuir também para o intercâmbio de idéias e reflexões que possam apontar para a solução criativa das questões locais. “O cosmopolitismo não é mais do que o cruzamento de lutas progressistas locais com o objetivo de maximizar o seu potencial emancipatório *in locu* através das ligações translocais/locais” (Santos, 2002, p.69).

A formação de redes, de idéias, de pessoas, de pensamentos, dos movimentos contra-hegemônicos da sociedade civil é facilitada pela Internet, pela rapidez e alcance global. Estas redes, que surgiam a partir do relacionamento entre os atores sociais e de situações políticas que exigiam resposta coletiva, de forma episódica, são atualmente uma das principais formas de organização dos movimentos sociais (Martinho, 2003).

### **Conclusão:**

Procurou-se analisar, neste texto, algumas implicações decorrentes de diferenciadas formas de percepção e de domínio presentes na Vila do Aventureiro, a partir da criação de

unidades de conservação da natureza e do turismo. Nesta perspectiva, está implícita a idéia de que o Aventureiro é o *locus* de uma disputa por hegemonia entre valores e significados e por direito de uso do espaço pelos grupos sociais envolvidos. O local tem sido apreendido agora também como espaço de preservação e de desfrute, percepções que entram em choque com as da comunidade que o habitava exclusivamente. Os diversos campos ideológicos presentes no Aventureiro configuram territórios sociais que se entrelaçam e se redefinem neste processo. A relação entre estes diferentes territórios, no entanto, não resultaria necessariamente em uma absorção e anulação da cultura local ou num processo de degradação ambiental provocado por uma crescente urbanização decorrente da atividade turística. Para a comunidade, estas trocas podem apontar também para um movimento de aglutinação em torno de elementos locais como uma reação aos processos urbanizadores e globalizantes. Nesta perspectiva estariam em jogo: o reconhecimento da legitimidade de seu território pelo Estado, a influência em decisões sobre ele e a possibilidade de reprodução de suas práticas culturais. Sob o ponto de vista da conservação ambiental, uma compreensão das interações entre os diferenciados territórios e um amplo debate sobre as questões sociais envolvidas, poderia ajudar nas negociações necessárias à elaboração de um projeto mais efetivo, embora mais complexo. Também a conformação de um território virtual do Aventureiro, a par de reproduzir uma localidade descolada do real e de estimular o fluxo de pessoas que vêm a população local como mais um elemento da paisagem pode apontar para a possibilidade de que se estabeleçam, redes em que o debate e a troca de experiências entre atores diferenciados, inclusive da própria comunidade, possam sinalizar mudanças na equidade das relações.

### **Referências Bibliográficas:**

- ADAMS**, Cristina, *Caiçaras na Mata Atlântica*, São Paulo Annablume:FAPESP, 2000
- BAREL**, Yves – “Le social et ses territories”, In: Auriac, F & Brunet, R., *Espaces, jeux et enjeux*, S.L. Fondation Diderot/ Fayard, 1986
- BOURDIEU**, Pierre, *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002
- CASTELLS**, Manuel, A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol I, São Paulo, Paz e terra, 1999
- COSTA**, Rogério Haesbaert da, *O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004

- DIEGUES, AC.**, *O mito moderno da natureza intocada*, São Paulo, Editora Huicitec, 1996
- MARIÉ, Michel**, “Penser son territoire: pour une épistémologie de l’espace local” In: *Espaces, jeux et enjeux*, Auriac, F. & Brunet, R., Paris, Fondation Diderot/ Fayard, 1986
- MARTINHO, Cássio**, *Redes: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*, WWF-Brasil, 2003, [www.wwf.org](http://www.wwf.org)
- MOREIRA, Roberto José** Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista”. In: *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999
- \_\_\_\_\_ & Gaviria, Margarita, “Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari”, In: *Estudos- Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, CPDA,UFRRJ, 2002
- MORMONT, Marc** -“ L’environnement entre localité et globalité” in: *Mobilités et ancrages* , Paris, L’Harmattan, 1996
- POLISTCHUCK, Ilana & Trinta, Aluizio Ramos**, “Teoria da comunicação: o pensamento e a prática da comunicação social”, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2003
- RAFFESTIN, Claude** – Écogénèse territoriale et territorialité In:Auriac,F. & Brunet,R., *Espaces, jeux et enjeux*, S.L., Paris, Fondation Diderot/Fayard,1986
- \_\_\_\_\_ “O que é território?” in *Por uma geografia do poder*; São Paulo, Ed. Ática, 1993
- RAMBAUD, Placide**, *Société Rurale et Urbanization* , Paris, Editions du Seuil, 1969
- SANTOS , Boaventura de Souza**. “Os processos da globalização”. In: Boaventura de Souza Santos (org) *A globalização e as ciências sociais*, São Paulo, Cortez, 2002
- SEMADS - RJ**, *Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro*, Metalivros, SP, 2001
- SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Nº 9 985, 2000 e Decreto Nº 4 340, 2002, Brasília, MMA